

## A JUSTIÇA 4.0 COMO PROMOÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE E GARANTIA DA EFICIÊNCIA

Lucas Oliveira Damaceno<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>Graduando em Direito (UNIMAM), UNIMAM, lucasoliveira2253@gmail.com.

O direito, como ciência social, deve acompanhar o avanço da sociedade nos mais diversos aspectos. Dentre estes, está a tecnologia da informação, evidenciada na evolução computacional tão presente hodiernamente. Isso posto, o presente trabalho objetiva analisar o sistema judiciário brasileiro e como a justiça 4.0 pode o revolucionar. Dado sua promoção de inovação, maior clareza e gestão de informação, bem como de facilidade de soluções, a justiça 4.0 busca auxiliar o toda a logística do sistema judiciário e, portanto, garantir o princípio da eficiência, princípio este muito significativo no que cerne à administração pública. Isso posto, evidencia-se também que esse novo ideal de justiça busca garantir a promoção do princípio da sustentabilidade no caráter da economicidade. O presente trabalho tem como objetivos específicos também: fomentar discussões acerca da acessibilidade da justiça atual; debater o fortalecimento das instituições do sistema judiciário através da justiça 4.0; abordar o direito à justiça e ao devido processo legal, no que cerne ao avanço tecnológico; examinar os avanços já alcançados pela justiça 4.0, como também deliberar acerca de sua evolução e dos benefícios que podem ser atingidos com sua potencialização; além de promover uma breve consideração acerca do combate à corrupção através do princípio da publicidade, otimizado pela atualização do sistema judiciário. Esta pesquisa está inserida no paradigma das pesquisas bibliográficas, considerando o seu foco na busca documental, onde será considerada a análise de livros, artigos, projetos de leis, matérias e leis. São esperados como resultado a identificação dos aspectos que representam fomentos à justiça 4.0, através da observância às adversidades apresentados no sistema judiciário brasileiro. Além disso, fomentar discussões acerca do tema, as quais permeiam os campos do direito processual, do direito à justiça e ao devido processo legal, dos princípios da eficiência e sustentabilidade, como também da evolução do direito e de suas ferramentas.

**Palavras-chave:** Justiça 4.0. Sustentabilidade. Eficiência.